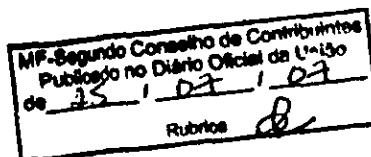




MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE	CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, <u>12, 07, 2007</u>	
<i>SSB</i> Silvio Siqueira Barbosa Ass. Sess. 91745	
MINISTÉRIO DA FAZENDA	
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE	
PRIMEIRA CÂMARA	

CC02/C01
Fls. 159

Processo n° 13826.000506/2002-27
Recurso n° 131.881 Voluntário
Matéria PIS - Restituição/Compensação
Acórdão n° 201-80.293
Sessão de 23 de maio de 2007
Recorrente GARDS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.
Recorrida DRJ em Ribeirão Preto - SP



Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 01/11/1995 a 31/12/1995,
01/01/1996 a 31/01/1996, 01/03/1996 a 30/11/1996

Ementa: RESTITUIÇÃO. PRESCRIÇÃO.

O direito de pedir restituição/compensação de contribuição para o PIS extingue-se em cinco anos, contados do pagamento. A edição da Lei Complementar nº 118/2005 esclareceu a controvérsia de interpretação quanto ao direito de pleitear a restituição do indébito, sendo de cinco anos contados da extinção do crédito que, no lançamento por homologação, ocorre no momento do pagamento antecipado previsto no § 1º do art. 150 do CTN.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

CCS/SCM

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 12/07/2007

SSB
Silvio Siqueira Barbosa
Mat. Siage 91745

CC02/C01
Fls. 160

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Josefa Maria Ilha Marques
JOSEFA MARIA COELHO MARQUES

Presidente

MTS
MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Walber José da Silva, Fabiola Cassiano Keramidas, Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça, José Antonio Francisco, Antônio Ricardo Accioly Campos e Gileno Gurjão Barreto.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 12/07/2007

SSB
Silvio Siqueira Barbosa
Mat.: Siape 91745

Relatório

GARMS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA., devidamente qualificada nos autos, recorre a este Colegiado, através do recurso de fls. 122/148, contra o Acórdão nº 8.602, de 18/07/2005, prolatado pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto - SP, fls. 109/112, que não homologou a declaração de compensação - DComp, protocolizada em 29/11/2002.

A interessada ingressou com a Declaração de Compensação de fl. 01, visando à homologação de compensações efetuadas de créditos tributários no valor de R\$ 6.575,06, referentes à Cofins e ao PIS, com indébitos de PIS referentes a períodos compreendidos entre novembro/1995 e novembro/1996.

Por meio do Despacho Decisório de fls. 58/61, a DRF em Marília - SP decidiu pela não homologação das compensações pela inexistência de indébitos em virtude de decadência do respectivo direito.

Irresignada a empresa apresentou manifestação de inconformidade de fls. 67/79, aduzindo, em apertada síntese, que não se extinguiu seu direito aos créditos, bem como não havia amparo jurídico para a exigência do PIS no período em referência.

A DRJ indeferiu a solicitação, tendo o Acórdão a seguinte ementa:

"Assunto: Normas de Administração Tributária

*Período de apuração: 01/11/1995 a 31/12/1995, 01/01/1996 a 31/01/1996,
01/03/1996 a 30/11/1996*

Ementa: DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO.

A homologação de compensação de créditos tributários efetuada pelo próprio sujeito passivo depende da comprovação da certeza e liquidez dos indébitos fiscais utilizados por ele.

Solicitação Indeferida".

Inconformada a contribuinte apresentou recurso voluntário de fls. 122/148, em 11/04/2006, repisando os argumentos anteriormente apresentados e requerendo a homologação do pedido de compensação efetuada.

É o Relatório.

CCB *SSB*

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasília,	12 / 07 / 2007
SSB Sávio Siqueira Barbosa Mat. Sape 91745	

Voto

Conselheiro MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA, Relator

O recurso é tempestivo, atende aos requisitos de admissibilidade previstos em lei, razão pela qual dele se conhece.

Analisa-se, preliminarmente, ocorrência de eventual perda do direito à restituição em decorrência do transcurso do prazo prescricional.

O art. 168, I, do CTN, fixa o prazo de cinco anos para pleitear restituição, da data da extinção do crédito tributário, caracterizado pelo pagamento indevido. Nem a declaração de inconstitucionalidade no controle concentrado, nem a Resolução do Senado Federal no controle difuso, e tampouco um ato de caráter geral do Executivo que reconheça a inconstitucionalidade, têm o condão de ressuscitar direitos patrimoniais prescritos segundo as regras do CTN.

Apesar de controversa, esta questão ficou sanada com a edição da Lei Complementar nº 118, de 09/02/2005, posto que o seu art. 3º esclarece a interpretação que deve ser dispensada ao caso:

"Art. 3º Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei."

À luz desse artigo, o início da contagem de prazo prescricional se verifica no momento do pagamento. Desse modo, tendo a DComp sido protocolizada em 29/11/2002, e, uma vez que o pagamento mais recente foi realizado em 13/12/1996, todos os períodos encontram-se com o direito de restituição extinto, tendo em vista terem sido alcançados pelo instituto da prescrição.

Registre-se que, mesmo sob a ótica de que a contagem do prazo prescricional se inicie após a publicação da Resolução do Senado Federal nº 49/95, que retirou do nosso ordenamento jurídico os Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, ainda assim o direito ao pedido de restituição encontra-se prescrito. Afinal, a Resolução foi editada em outubro de 1995, somente possibilitando tal solicitação até outubro/2000, anterior ao presente caso, cujo pedido se deu, repise-se, em novembro de 2002.

Tendo em vista a ocorrência da prescrição, com fulcro no art. 269, inciso IV, do CPC, com redação dada pelas Leis nºs 5.925/73 e 11.232/2005, deixo de apreciar as outras questões de mérito e nego provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 2007.

MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA